

## Hannah Arendt: educação, mundo e tradição

Maria de Fátima Simões Francisco<sup>1</sup>

**Resumo:** trata-se no texto de discutir a centralidade dos conceitos de mundo e tradição para a interpretação do artigo “Crisis in education”. Para bem apreender esses dois conceitos, será necessário passar por diferentes conceitos e temas da filosofia política da autora.

**Palavras Chave:** educação, mundo, tradição, preservar, novidade.

**Abstract:** In this article we will discuss the central aspect of the concepts of world and tradition for the interpretation of “Crisis in education”. In order to grasp these two concepts it will be necessary to go through different concepts and themes of author’s political philosophy.

**Keywords:** education, world, tradition, preservation, novelty.

Algo bom de ter claro de início é que Hannah Arendt não foi, a propriamente dizer, uma “filósofa da educação”. Como ela mesma refere, no quase único texto<sup>2</sup> e o mais importante em que tratou desse campo, “A crise na educação”<sup>3</sup>, sua incursão pela área da educação se deu apenas a partir do momento em que uma crise na educação nos EUA dos anos 1950 adentrou a esfera pública, ou seja, passou a receber atenção seguida nos jornais. Na sua compreensão, quando um assunto atinge essa esfera e recebe a luz intensa dos olhares de todos, ele poderá então, e deverá mesmo, receber a atenção e ser tratado por qualquer pessoa, inclusive os não-especialistas, como pensava ser o seu caso. Além de técnica a questão passou a ser política, isto é, assunto da conta de todos os homens.

Se a autora não pode ser dita filósofa da educação, como defini-la? Hannah Arendt se entende como filósofa da política e fazendo reflexões tipicamente filosóficas acerca de temas da política. Curiosamente, a autora revela numa entrevista à televisão alemã<sup>4</sup> que, apesar de ter nascido numa família politizada e que promovia reuniões políticas, seu interesse maior, durante sua formação, inclusive na universidade, não era a política. Ela estudara teologia e filosofia; tinha sido aluna de Heidegger e Jaspers e se comprazia com as reflexões metafísicas. Foram, conta ela, os reclamos incisivos e urgentes do momento vivido – relacionados aos problemas que assolavam a sociedade alemã na primeira metade do século xx – além da sua própria condição de judia, que a pressionaram de modo decisivo a alterar seus objetos de

---

<sup>1</sup> Docente da Faculdade de Educação da USP.

<sup>2</sup> Um outro texto da autora, Reflexões sobre Little Rock, pode ser visto como versando também sobre educação, mas não é consenso essa leitura.

<sup>3</sup> Artigo presente na coletânea *Entre o passado e o futuro*, da Editora Perspectiva.

<sup>4</sup> “Só permanece a língua materna” em *Da dignidade da política*, 1993. A entrevista é de 1964. Nela Arendt afirma que se compreende como “teórica da política” e não mais “filósofa política”, mais adiante voltaremos a isso.

interesse filosófico e a dedicar sua energia reflexiva ao domínio da política. Suas próprias reflexões sobre a educação, vale dizer, só podem ser adequadamente compreendidas, se analisadas à luz de suas preocupações com a política. Mas, que preocupações são essas que caracterizam e singularizam o pensamento de Hannah Arendt e seu olhar filosófico sobre a política? E que desafios políticos são esses que estavam colocados para o homem da primeira metade do século XX?

Já em sua primeira obra, *As origens do totalitarismo*, de 1951, a autora enfrenta diretamente um dos problemas políticos mais contundentes do século. Nela a primeira necessidade de todas era “compreender” a experiência que lhe deixara profundas marcas. Nesse texto busca construir um aparato conceitual capaz de tornar compreensível o fenômeno político mais inovador e devastador do século: o “totalitarismo”. Estudando o funcionamento dos regimes nazista e stalinista vai destrinchar cuidadosamente, mantendo sempre o olhar filosófico, várias dimensões dessas duas formas totalitárias de governo. Enfocará desde o uso, pela burocracia estatal, dos mecanismos do terror, da ideologia e da propaganda para controle das massas – que abolirão inteiramente da esfera da política qualquer liberdade e individualização humanas, até a chamada “solução final”, implementada nos campos de extermínio com vistas a eliminar parte considerável da humanidade, dita supérflua. O que interessa à autora é precisamente deslindar um dos fulcros ideológicos desse sistema político sem precedentes na história ocidental das formas de governo: a grande modificação que propõe ao que se entendia até então por “natureza humana”. Os regimes totalitários redefinirão a noção de condição humana ao outorgarem a uma parte dos homens a dignidade e os direitos decorrentes do reconhecimento de sua condição de homem e, na mesma medida, negarem à outra parte esse reconhecimento e qualquer dignidade ou direito. O nazismo, em sua monstruosa novidade, gerará o conceito, até então inédito, de “superfluidade”. Graças a ele, pessoas “supérfluas” e “sem mundo” (“worldless”) – sem seu lugar no mundo, sem pertencerem a ele – passarão a existir. Pessoas essas que, não tendo uma cidadania concedida por um Estado que o protegesse, não pertencendo a nenhum país determinado, não tendo pátria, se tornavam desprovidos da condição e dignidade humanas e de todo e qualquer direito. A “solução” totalitária para esses seres não-humanos foi sua eliminação sumária. E tal solução não ficou nos planos de governo e nos documentos teóricos, mas se transformou em medida prática, em ação concreta, ideada e implantada pelo próprio Estado. A interpretação arendtiana, do significado do recurso nazista aos campos de extermínio, se tornaria marcante num duplo sentido. Marcante inicialmente para o seu próprio pensamento: doravante suas reflexões se devotariam a compreender como o totalitarismo inovara de maneira sem precedentes e invertido tudo o que concebíamos desde há muito como vida política e esfera política, a ponto de transformar o mundo num “deserto”. Nos textos seguintes e, por exemplo, em *A condição humana*, tentará responder à questão: que modificações a esfera política e a vida política sofreram no decorrer da história humana de modo a possibilitar no século XX uma compreensão da vida política e a vida comum tão deformada. Marcante, ainda, para o pensamento jurídico subsequente e, em particular, para a teoria dos “direitos humanos” que viria a ser elaborada na segunda metade do século. Como dissemos acima, as reflexões arendtianas de *As origens do totalitarismo* têm ainda atualidade em nossos dias, uma vez que, junto com outras contribuições, serviram de base às teorias jurídicas e legislações que postulam a dignidade de qualquer forma de vida humana – independentemente de ser membro de um Estado rico, de um Estado pobre ou não ser membro de um Estado - e o “direito a ter direitos”.

Dissemos que, das obras iniciais à final, é o domínio da política que a ocupará. E por uma razão: os tempos em que viveu impunham a si e contemporâneos desafios urgentes a reclamar sua atenção. Tais desafios, por sua vez, demandavam a capacidade

de pensar, como o único modo possível de compreender o mundo em que se encontravam, a diferentes crises que o assolaram nesse século singular. Compreender para poder saber como agir. Tratava-se então de um pensar o mundo e a vida comum entre os homens a fim de responder aos desafios que aquele propunha. Esse uso político da atividade de pensar é, segundo Hannah Arendt, uma necessidade para todo e qualquer homem que está inserido no mundo com seus semelhantes. A filósofa insistia em que a atividade do pensamento não é, nem pode ser deixada como a tarefa própria e a prerrogativa do filósofo e do intelectual; como se, lidando profissionalmente com o pensar e no mais elevado nível, essa atividade lhes pertencesse mais que aos homens comuns em sua vida cotidiana. A autora deixa claro que é preciso retirá-la do monopólio dos filósofos, dos “poucos”, os “homens de pensamento”, como os gregos clássicos os chamavam, e restituí-la aos “muitos”, os “homens de ação”, os cidadãos na medida em que estão no mundo e criam a esfera pública. A vocação moral e política do pensar – do perguntar qual o fim e os valores por trás da ação escolhida, como fazia Sócrates aos que encontrava nas ruas em Atenas – é muito importante para o homem comum do mundo, não pode ser deixada como monopólio de poucos. É nesse sentido que ela pretende alargar o uso da atividade do pensamento para todos os homens – ao modo de Kant e seu entusiasmo iluminista que propunha a presença da razão em todo homem, o “ousai pensar” e a emancipação do homem pelo esclarecimento. Hannah Arendt pretende ainda vincular esse uso do pensar diretamente à vida política, ou ao estar juntos dos homens no mundo. Pois os “tempos sombrios” que o século significava para seus cidadãos requeriam deles, de um lado, o pensar, para compreender os desafios do mundo, de outro, o agir, para poder responder àqueles. Eis duas posições centrais da filosofia arendtiana: a vocação universal da atividade do pensamento e a urgência em dirigir essa atividade para a vida política.

É possível detectar afinidade entre essa posição da autora – o pensamento é ferramenta imprescindível para todo homem neste mundo - e a visão partilhada pela pesquisa em educação no Brasil que defendem a prioridade da qualidade da escola pública e a promoção dos pequenos e jovens cidadãos a seres pensantes e críticos, como meio de fazer deles cidadãos à altura de uma vasta agenda nacional que necessita sua atenção.

Dissemos que a autora não pode ser dita “filósofa da educação”, pois se dedicou ao campo da política, em virtude do que seria antes uma “filósofa da política”. Essa afirmação, entretanto, enuncia meia-verdade, uma vez que a própria autora recusou a denominação de “filósofa da política”, se entendendo como “teórica da política”. Por que fazia essa distinção? Por que recusava ser associada ao grupo dos “filósofos da política”? Para captar as razões será necessário entrar em sua segunda grande obra: *A condição humana*, de 1958. Tendo, após *As origens do totalitarismo*, chegado à conclusão de que a idade contemporânea criou uma forma de organização política e de governo inteiramente sem precedentes, o totalitarismo, se fazia necessário para a filósofa, a seguir, compreender como tal concepção de estar juntos no mundo fora possível. Desse modo, a autora vai revisitar a história da filosofia a fim de buscar as maneiras pelas quais a vida política foi concebida nas diferentes épocas. Nessa busca, descobre que na origem de nossa civilização, entre os gregos antigos do período clássico, teve lugar um modo de concepção da esfera política bastante avançado. Na verdade, o mais avançado e completo de que os homens já foram capazes em toda a história. Nessa sociedade, a vida política era considerada a mais elevada forma de vida que um homem podia conduzir. Nem a vida doméstica - na família, na administração dos assuntos privados, “econômicos”, nem a vida de prazer, nem a vida dedicada ao acúmulo de riqueza, nenhuma poderia ter os atributos que tornavam a vida política elevada e completa. Além disso, nenhuma outra permitia

realizar a dimensão mais caracteristicamente humana do homem. Nenhuma outra a não ser aquela passada com os outros na esfera pública, no espaço da palavra e da ação, debatendo e decidindo em comum os assuntos concernentes à vida de todos. A experiência da democracia grega, da gestão coletiva dos assuntos concernentes à vida comum, representou a criação da esfera política no sentido mais acabado do termo.

Mas o que fizeram os homens das gerações posteriores com essa esfera? Segundo nossa autora, eles a alteraram radicalmente e modificaram seu sentido. A ponto de chegarmos ao século XX e nos depararmos com uma organização política – o totalitarismo – que elimina todo o espaço da ação e da palavra, instala o deserto, instaura o controle pela ideologia, pelo terror e pela propaganda, a violência e o extermínio em massa. Nesse arremedo de vida política do presente – no totalitarismo, mas também nas experiências políticas dos Estados nacionais – não há lugar para a deliberação comum, nem para o debate dos assuntos que necessitam a atenção de todos. Em nossos dias, a vida política se reduziu ao mínimo e formal, o exercício do voto. Ninguém tem clara sua responsabilidade pelos rumos tomados pelo mundo comum, nem que, sem o cuidado e a preservação pelos cidadãos, esse mundo comum não sobreviveria e se tornaria um deserto. Perdeu-se o sentido conferido pelos gregos à vida política, que designava o cuidado do que era dotado de maior valor e merecia, por isso, o mais alto apreço de todos: os assuntos “comuns”, o mundo comum a todos. Perdeu-se, ainda, junto com a vida política autêntica, a dimensão coletiva da vida humana: o partilhar de palavras e ações representado no debate, na construção de projetos coletivos e de lutas conjuntas. Tudo o que concerne ao coletivo, ou, na terminologia de Hannah Arendt, à esfera política, está, em nosso mundo, doente. Daí a amarga avaliação da autora acerca de nossos tempos: “sombrios”.

Essa perda do significado original da esfera e da vida políticas se deveu em boa parte, diagnostica nossa autora, aos esforços da filosofia e dos filósofos, os chamados “homens de pensamento”. Na origem da esfera política, na experiência da democracia grega, os filósofos, isto é, os pensadores da escola socrática – Sócrates, Platão e Aristóteles – enxergavam a pólis e sua aventura política com profunda desconfiança. E, de forma alguma, concordavam com a opinião dos cidadãos gregos, de que a participação na vida política e na deliberação dos assuntos comuns da cidade era a forma mais avançada de vida para um homem, nem a mais propriamente humana. Segundo eles, a “vida contemplativa”, dedicada ao pensamento, à filosofia, era, na verdade, a forma de vida mais elevada que um homem podia conduzir. As avaliações desses filósofos da aurora de nossa civilização acerca da vida política na pólis foram, no ver de Arendt, determinantes para o destino da vida política nos períodos históricos seguintes. Nas sociedades das eras posteriores, a esfera política foi substituída por uma outra esfera, a “esfera social”, e os assuntos comuns ficavam agora sob a tutela de uns poucos, os governantes. Cabia aos membros da sociedade se ocupar com os assuntos da esfera privada - a condução da sobrevivência individual, da perpetuação da espécie pela família e a administração dos bens da família. A experiência da verdadeira vida política não teve mais lugar na história dos homens. A não ser aqui e ali – como exceção e como emergindo de um subterrâneo onde permanece - em alguns fenômenos circunscritos e pontuais. Tais como, a fase popular da revolução francesa, a comuna de Paris, a primavera de Praga, a experiência dos soviets russos. Boa parte do malogro da experiência da esfera política na história se deveu às avaliações e concepções negativas que os filósofos da escola socrática veicularam acerca dessa esfera. E, como a história da filosofia se constituirá numa tradição – esta como um tesouro transmitido de uma geração à seguinte – herdando a compreensão da escola socrática, o resultado é que nunca mais a vida política autêntica mereceu uma avaliação positiva, capaz de reconhecer os vários aspectos centrais que inclui. Porque a filosofia e a política estiveram sempre em campos

opostos desde a origem entre os gregos, a própria expressão “filosofia política” é, para a autora, uma “contradição nos próprios termos”. É a razão pela qual Hannah Arendt recusa ser chamada de “filosofia da política”, preferindo “teórica da política”. Se desde o início da tradição de filosofia, os filósofos socráticos se colocaram contra a vida política e essa é uma das causas de nós, homens dos séculos XX e XXI, sermos insensíveis à real estatura e centralidade que a política devia ter em nossas vidas, Hannah Arendt, diante da morte da tradição de filosofia ocidental, se sente no dever de assumir a fundação de uma nova tradição de filosofia política. Esta diversa da anterior, capaz de ser pró-política e não anti-política, assumir a opinião dos cidadãos gregos acerca de sua aventura da pólis, ou seja, capaz de pôr fim aos mal entendidos entre os “homens de pensamento” - os filósofos - e os “homens de ação”, os cidadãos. Nossa autora se vê então empenhada em investigar as várias dimensões dessa vida política autêntica a fim de orientar a criação entre os homens do mundo uma nova concepção acerca da política.

Foquemos agora nossa atenção no quadro conceitual do artigo de Hannah Arendt sobre educação – “A crise na educação”. Trataremos especialmente dos conceitos de “mundo” e “tradição”, centrais à concepção arendtiana de educação. Sabemos que no artigo “A crise na educação” a filósofa chama a atenção para o fato de a tarefa da educação requerer a “autoridade” do educador – que é o representante do “mundo” diante da criança –, e de essa autoridade estar em crise na época contemporânea em razão dos graves acontecimentos políticos do século XX e também em razão da “ruptura da tradição” que tem lugar desde o século XIX.

O mundo, tal como o compreende Arendt, consiste, de um lado, no artefato humano, isto é, no conjunto dos objetos que têm a capacidade de durar para além da extensão de uma vida humana. Mundo, de outro lado, designa ainda o cenário onde aparecem gerações humanas completamente distintas entre si, compostas de homens inteiramente singulares entre si. Esse comparecimento é, por sua vez, dotado de duas particularidades. Por um lado, cada geração aparece no mundo, permanece nele por um período limitado, então desaparecendo. Não esteve sempre no mundo, nem estará. Visto que o homem não pode ultrapassar as condições sob as quais a vida foi lhe dada na Terra – o nascimento e a morte – o comparecimento das gerações humanas no mundo é temporário. Por outro lado, cada uma aí comparece quando as demais, ou não estão mais nele, ou não estão ainda, encontrando apenas com as poucas que imediatamente a precedem ou sucedem. Assim, o aparecimento das gerações no mundo, além de ser temporário, se dá em sucessão. Esses impedimentos de ordem biológica para o encontro e o inter-relacionamento das gerações são agravados pelo próprio fato da singularidade das gerações. Cada uma traz ao mundo um conjunto de homens inteiramente diverso de qualquer outra, dotados de perspectivas e preocupações completamente distintas. Não obstante tais impedimentos, as gerações humanas, na medida em que comparecem a um mesmo mundo, estarão condicionadas ao inter-relacionamento. Porque o mundo é sua habitação comum, o cenário comum de seu aparecimento, estarão condicionadas a se inter-relacionarem, a se comunicarem e a se levarem mutuamente em conta. Por virem a um lugar onde outras já estiveram e outras ainda estarão, partilhando o mesmo mundo com todas as outras, que deverão tomar conhecimento delas. É, portanto, o fato de sua existência mundana ou da mundanidade que as condiciona a se inter-relacionarem.

Entretanto, a comunicação entre as gerações que o fato de o homem habitar o mundo impõe, somente poderia ser efetivada se fosse possível o ultrapassamento das fronteiras do nascimento e da morte – uma vez que a vida humana assume o aspecto de um “caso limite” (boundary affair), uma fronteira impossível de transcender.

Sabemos que em se mantendo as presentes condições de vida na Terra, nenhum homem pode viver além da morte e aquém do nascimento. De que outra maneira se poderia alcançar o efeito de um ultrapassamento, que pudesse possibilitar o inter-relacionamento das gerações? Ora, o próprio mundo que sobrevive às gerações poderia comunicá-las. O artefato humano, que, embora não seja eterno, tem o poder de perdurar para além das gerações e, em certos casos – as obras de arte – de sobreviver a muitas delas, poderia permitir o ultrapassamento de fronteiras e o encontro entre elas

Desde que cada geração vinda ao mundo se dá conta da passagem anterior de outras e da passagem futura de outras tantas, passaria a percebê-las como seu passado e seu futuro, isto é, passaria a percebê-las como algo lhe diz respeito diretamente, algo a que está ligada intimamente. Essa geração instituiria, assim, um tempo contínuo, dotado de passado, presente e futuro.

Entretanto, o artefato humano apenas pode cumprir seu papel de ligação entre as gerações que comparecem ao mundo, se houver também uma “tradição” a cumprir esse papel. Cada geração emprestaria dos objetos do trabalho sua durabilidade, a fim de transmitir às vindouras suas mais preciosas e memoráveis experiências. Para que a transmissão chegue a termo, isto é, para que a memória do passado possa se fazer viva e cultivada pelas gerações vindouras, é necessário ainda que estas reconheçam as experiências que lhes são transmitidas. É necessário, portanto, para a comunicação das gerações que estas possuam um padrão de julgamento comum sobre o que, em suas experiências, é valioso e digno de ser salvo do esquecimento. Assim, apenas poderão os objetos do trabalho relacionar as gerações se estas compartilharem um “tesouro comum”, ou seja, uma mesma “tradição”.

A tradição, numa das imagens pelas quais Arendt a apresenta, é o testamento que acompanha o tesouro legado pelo passado ao futuro. Cabe a um testamento selecionar os valores a transmitir, transmiti-los propriamente aos herdeiros, ou impedir que se percam por falta de quem os preserve, e ainda dizer porque se trata de valores preciosos. A tradição seleciona nas experiências de cada geração o que há de mais valioso a ser preservado – experiências positivas ou negativas; salva-o da ruína do esquecimento conferindo-lhe inteligibilidade – ou seja, transformando-o em estórias – e transmitindo-o ao futuro; ainda fornecendo os critérios ou princípios pelos quais o selecionado constitui o de mais valioso. Uma vez que as gerações do presente acolhem, reverenciam, preservam e transmitem às do futuro o tesouro da tradição que as do passado lhes legaram, pode-se considerar que haja, no sentido estrito do termo, uma continuidade deliberada no tempo. Pode-se dizer que haja passado, presente e futuro, isto é, um tempo “humano”. A qualidade comunicadora da tradição é ainda mais visível na outra imagem em que Arendt a apresenta. Ela é o “fio” que liga as gerações entre si, pois todas reconhecem e tomam para si um legado comum, uma história comum - um mesmo conjunto de experiências significativas, critérios comuns de julgamento e avaliação das experiências e categorias comuns de pensamento.

Em termos materiais, a tradição se compõe de estórias, de experiências que se transformaram em narrativas, recebendo por esse meio sentido e inteligibilidade. É interessante dar-se conta da maneira pela qual, no entender de Arendt, a tradição se transmite. Para ela, as gerações relembraão e recontarão as estórias que lhe forem transmitidas. Estarão, desta forma, fazendo viva a memória das gerações passadas e, conseqüentemente, fazendo a estas próprias vivas no presente.

No “A crise na educação”, conforme a autora, a educação e o educador devem apresentar aos “recém-chegados” ao mundo – crianças e jovens – que mundo é esse a que vieram. Tal mundo não se iniciou em sua geração, possuindo uma longa história passada, a sucessão de realizações e experiências que as gerações passadas viveram nele. Possui, igualmente, uma longa história futura, uma sucessão de gerações que

trarão a sua “novidade” ao mundo, suas realizações e experiências próprias. A tarefa da educação é a de apresentar o mundo aos recém-chegados, tentando fazê-los conscientes de que comparecem a um mundo que é comum, o lar de múltiplas gerações. Ao conscientizarem-se do mundo a que vieram, deverão compreender a importância de sua relação, ligação, com as outras gerações, passadas e vindouras. Essa ligação se dará, primeiro, no sentido de preservar o tesouro das gerações passadas, o que quer dizer tomar cuidado para não trazer a esse mundo a novidade da sua geração, alterando inteiramente, até o ponto do irreconhecimento, o próprio mundo, a construção coletiva das gerações, pondo por terra os valores, as verdades mínimas, as crenças, e as instituições que estruturam esse mundo há tempos e que foi erigido pelas gerações. Essa novidade que afastaria os homens do mundo comum, os isolaria e o tornaria um deserto é por exemplo a do totalitarismo. Toda geração, porque feita de homens, quando vem ao mundo possui a capacidade de criar nele o novo e a novidade; essa capacidade decorre diretamente, da capacidade de ação dos homens. Toda geração precisa trazer sua novidade única ao mundo, este depende disso – cada nova geração é essencial ao mundo para ele se recolocar nos eixos.

Quando afirma que o educador deve ter em relação ao mundo uma atitude de “amor mundi”, amor ao mundo, nossa autora se refere à admiração pela obra das gerações passadas e ao desejo que tal obra seja “preservada” para o conhecimento das gerações que ainda virão. Essa atitude de “preservação” do mundo e de amor a ele, o educador deverá transmitir-lá a seus alunos na escola. Tal se fará, por exemplo, pelo ensino do legado que as gerações passadas deixaram para nós. Espera-se que a geração recém-chegada, crianças e adolescentes, quando for adulta e adentrar ao mundo, traga a ele a sua novidade, sem com isso modificá-lo até se tornar irreconhecível e pôr por terra as conquistas das gerações anteriores. Pois o mundo somente pode sobreviver se a cada vez vierem a ele novas gerações e trouxerem suas novas experiências, sua nova maneira de conceber cada coisa. A nova geração de crianças e adolescentes deve, então, ser ensinada pelo educador a trazer para o mundo, quando chegar a hora de entrar nele, a sua novidade, mas com cuidado e preservação do próprio mundo. Para preservar a novidade de cada geração, para que ela possa desaguar no mundo de modo intacto, o educador deve evitar uma educação doutrinadora. Assim, vejamos, a tarefa do educador consiste, conforme Hannah Arendt, de um lado, em preservar o mundo em relação à ameaça representada por crianças e adolescentes; de outro lado, consiste em preservar crianças e adolescentes em relação à ameaça representada pelo mundo.

Contudo, a autora também nos recorda de algo. A tarefa do educador se encontraria bastante ameaçada numa época em que a tradição, o fio de experiências e valores que nos ligam às gerações do passado, se encontra rompida. Como ser educador, representante do mundo perante as crianças quando não nos sentimos à vontade nele? Quando não nos identificamos com o que acontece nele, não nos sentimos autores do que vemos, mal conseguimos nos mover nele, não conseguimos compreender o que acontece, com as ditaduras, genocídios, desmandos, atrocidades e violências que nele ocorrem? Sem dúvida, dirá a autora, não é nada fácil a tarefa do educador no mundo presente, mas é imprescindível que nos “reconciliemos” com o mundo em que vivemos, se quisermos que ele continue a existir, como o conhecemos, e exista para as futuras gerações. Essa reconciliação é inclusive a atitude de “responsabilização” pelo que ocorre nele, ou seja, o ultrapassamento da postura de indiferença aos assuntos comuns e políticos que continuamente demonstramos em nossos dias.

## **Bibliografia**

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ARENDT, H. *A condição humana*. São Paulo: Forense Universitária, 2010.

Recebido para publicação em 02-09-20; aceito em 23-10-20